

Memória da Mulher na Luta Armada

Julia Bianchi Reis Insuela¹

Resumo: A comunicação apresenta a pesquisa sobre a memória das mulheres – e, em particular, de Iara Iavelberg - na luta armada entre os anos 1968 e 1972. Procuo recuperar as visões acerca das militantes, no interior das organizações da esquerda armada, nos órgãos de repressão e informação do regime e na grande imprensa. A memória coletiva da luta armada construiu-se em função da lembrança da visão dos órgãos de repressão e de informação e do esquecimento daquela presente na grande imprensa. A pesquisa mostra como a percepção depreciativa da mulher participante na luta armada, que estava nos órgãos de repressão, era muito próxima à da grande imprensa e à da própria sociedade.

Palavras-chave: gênero, memória, ditadura civil-militar

Abstract: The communication presents the research on the memory of the women - and, in particular, of Iara Iavelberg - in the armed fight seted between years 1968 and 1972.I look for to recoup the visions concerning the militant, in the interior of the left armed organizations, in the organs of repression and information of the regimen and in the great press. The collective memory of the fight armed was constructed in function of the *reminder* of the vision of the organs of repression and information and of the *forgotten* of that gift in the great press. The research shows as the contemptuous perception of the participant woman in the armed fight, that was in the repression organs, was very next to the one to the great press and to the one to the proper society.

Keywords: gender, memory, dictatorship civilian-military.

Pelos olhares aí afora...

A história é feita por homens e mulheres que a cada momento a inventam e reinventam, no cotidiano de suas vivências. Na dissertação optei por trabalhar com as mulheres. O objeto de investigação é a trajetória política de uma geração de mulheres que se envolveu com o projeto de luta armada das esquerdas revolucionárias. Para tal,decidi fazê-lo através de um exemplo: a militante Iara Iavelberg. Por expressar vários elementos, será considerada um arquétipo, sendo o centro do meu estudo. Não obstante, trabalharei com outras militantes, mesmo que brevemente.

O estudo paralelo das percepções das mulheres na luta armada – e da Iara, em particular - em três níveis – nas organizações, nos órgãos de repressão e informação e na

¹ Programa de Pós –Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense; mestranda

grande imprensa – sugere muitas aproximações (nem sempre perceptíveis de imediato), para além das evidentes diferenças, que dizem respeito às representações das mulheres na sociedade da época e suas mudanças e continuidades nas décadas seguintes.

O objeto é identificar o universo comum entre esses níveis diferenciados. Mesmo entre as organizações e a grande imprensa, por exemplo, ou entre as organizações e os órgãos de repressão e os de informação, notamos, em meio a evidentes e importantes diferenças, pontos de interseção, que dizem respeito a uma cultura na qual a sociedade brasileira está imersa na época ou da qual é herdeira.

A busca pela visões das militantes possibilitou a percepção de pontos de interseção entre as visões da repressão, da imprensa- principalmente pelas palavras utilizadas- e , por conseguinte , da sociedade. Entretanto, a memória coletiva construída nas décadas posteriores, baseia-se, sobretudo, na imagem presente nos órgãos de repressão.

* * *

A década de 1960 foi marcada por intensa agitação cultural e política em todo o mundo, emergindo questionamentos sobre a estrutura da sociedade, os modelos capitalista e socialista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, do casamento como instituição e dos relacionamentos entre os indivíduos. Este é um período em que se observou uma intensa preocupação e mobilização da sociedade no sentido de intervir na realidade política e social do país. As agitações sociais atingiam diversas camadas da sociedade, que clamavam por uma maior participação.

No que tange as mulheres, esse era o momento de redefinir a relação homem-mulher e de participação no espaço público. É nesse período que o desejo de modificar a realidade se torna mais pungente, o que as leva a ter uma participação mais ativa. A partir desta visão, os limites entre o espaço público e o privado tornam-se muito tênues no qual as atividades políticas confundiam-se com as atividades pessoais.

O ponto de partida se dá a partir do momento em que a mulher rompe com o seu papel de mãe e filha *dedicada*, sem participação política, e *invade* o espaço público masculino para se dedicar ao projeto no qual acreditava que era o de transformar a sociedade. É importante frisar que suas atitudes como militantes estavam longe dos padrões esperados das mulheres. O ápice da ruptura se dá no âmbito da revolução sexual, que é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador.

É nessa atmosfera que se insere Iara Iavelberg. Sua escolha como objeto de estudo é justificada pelo fato de Iara ser uma personagem emblemática desse momento específico da sociedade brasileira, pois rompe com parâmetros e ao mesmo tempo os mantém, sendo um modelo de ruptura, o qual dá a direção para compreender o processo de transposição por parte das mulheres às *barreiras* impostas da sociedade. Iara transpassa-as. Tem um engajamento político ativo. Mas também o sonho de se casar e ter filhos continua em sua essência, correspondendo aos padrões e expectativas da época.

Iara Iavelberg é arquétipo dessa transformação da sociedade brasileira a partir do momento em que era alheia à política em 1964 e em 1968 é engajada. Símbolo da modificação da sociedade brasileira e das mulheres em particular por expressar um comportamento avançado para a época, representado principalmente pela liberdade sexual, Iara é um sujeito que supera a sua época e, ao mesmo tempo, por ela está marcada.

Tanto no que se refere ao destaque na esfera pública – com a militância política, “*desvirtuando-se*” do *caminho* que deveria seguir – quanto à *moral* e aos *bons costumes*, pois era de conhecimento de todos que possuía uma série de namorados, até se relacionar com Carlos Lamarca, o capitão do exército de origem simples, casado. Ela, então, tornar-se sua *amante*, indo contra inclusive a sua própria organização, pois um chefe da revolução não poderia ter *distrações*. Em todos os momentos, Iara foi a *figura da subversão*.

Na análise da *construção* da mulher como militante, principalmente através de Iara, nota-se que a adesão à militância política representava uma mudança radical – uma ruptura, principalmente com a família – no modo de vida dessas mulheres. A clandestinidade, o risco da prisão e da tortura, as referências teóricas e a realização de ações práticas faziam, agora, parte de seu universo.

Através, então, do material pesquisado², procuro identificar os *olhares* existentes acerca de Iara – e obviamente do casal Iara Iavelberg e Carlos Lamarca – e de outras militantes da esquerda armada. Este trabalho está dividido em três partes: a primeira, como a repressão via as mulheres militantes, destacando o caso de Iara; a segunda, o olhar da imprensa; e a terceira, uma comparação entre os dois, notando se havia ou não uma visão comum estabelecida.

² A pesquisa viabilizou-se pela existência de fontes primárias e secundárias relacionadas ao assunto abordado. Grande parte desse material encontra-se disponível por meio de coletâneas de documentos microfilmado, como jornais, armazenados na Biblioteca Nacional, e fichas arquivadas no Arquivo DOPS, estabelecido no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O material recolhido condiz com o corte cronológico privilegiado: entre os anos de 1968 e de 1972, por representarem a entrada da mulher no mundo político engajado e por serem considerados os anos de maior radicalização da *luta* contra o regime ditatorial e da luta armada

O primeiro enfoque diz respeito à percepção que os órgãos de repressão e informação possuíam. Optei por iniciar pelas militantes, para depois enveredar para o caso específico sobre Iara, a qual não deixa de estar inserida nesta problemática. A característica inicial que as colocou como alvo do regime repressor diz respeito a serem contrários ao regime vigente.

Para tal proposta, utilizo dos documentos encontrados no Arquivo DOPS. A primeira observação que posso fazer é que existem diversas fichas das mesmas pessoas em pastas diferentes, e em setores diferente. Ao mesmo tempo, nota-se o uso das mesmas palavras que serviam de certa forma para qualificá-las.

No caso das mulheres, percebe-se uma tentativa de depreciá-las e tratá-las como um sujeito unitário. Todas são iguais diante dos olhos da repressão. Para esta, só o fato de fazerem oposição ao regime já as colocava numa categoria unificadora e pejorativa: a de *terroristas*.³

A partir da análise do material catalogado repara-se que a repressão constrói o sujeito político “*mulher subversiva*”⁴. Contudo, ao primeiro olhar, elas aparecem não como mulheres desviantes e que romperam com os padrões tradicionais, mas sim, como esposas, filhas e amantes de homens procurados. Tal fato corresponde à concepção de que as mulheres não são capazes de tomarem decisões políticas e que estariam na militância porque os homens as conduziram, as subverteram.⁵

No processo de investigação das militantes revelado pelas fichas encontradas no DOPS, atenta-se para o fato de pesquisarem sobre seus antecedentes. Lá constam sua filiação, idade, residência, ocupação e estado civil. Este último parece ter uma importância maior, pois será relacionado adiante com denominações tais como *amantes* e *amásias*.

Isso corresponde a uma visão prévia do conjunto dos diversos escritos. Ao aprofundar o estudo percebe-se que a mulher só irá *sair* da *postura* de filha ou esposa, ao participar efetivamente de atividades consideradas subversivas. Entre elas está o *trabalho de massa* – visto como doutrinação - e/ou atividades correspondentes à luta armada, entendidas como *ações terroristas*.

É quando começam a participar dessas ações que outra construção da imagem feminina surge: a de *mulher terrorista*. Ademais, deixam de ser filhas e esposas para se tornarem *amantes*. Quando a militante participava de *ações terroristas* sua condição de

³ Ver : Colling, Ana Maria . *A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio Grande do Sul : Rosas dos tempos , 1997

⁴ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. 1996. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora.

⁵ Idem notas 5 e 6

amante aparecia como fundamental. As fontes, então, acabam por estipular um vocabulário específico e elementos que em conjunto compõem a imagem dos órgãos de repressão e informação acerca das militantes. Esta, construída baseada nos preconceitos da sociedade e do regime repressor que está presente na composição das fichas – estabelecendo certo padrão – concebendo o olhar destes órgãos em relação às mulheres militantes. As informações passadas pelos órgãos de informação e repressão acabavam por configurar o olhar preconceituoso e moralista, o qual não lhes era exclusivo: estava muito presente na sociedade em geral.

Em outro momento, estes documentos apresentam as mulheres como *objetos* e não como seres independentes capazes de tomarem as suas próprias decisões – principalmente políticas. As palavras utilizadas para caracterização remetem-se a formas de depreciação, repletas de teor apelativo e conotação sexual. Vale salientar que a repressão ressalta a questão da *promiscuidade* entre elas, afirmando a existência de relacionamento com vários companheiros.

Chamam a atenção outras palavras que são recorrentes nos documentos do DOPS, com o intuito de caracterização. Os vocábulos: desquitada, comunista, terrorista, marginada e revolucionária aparecem inúmeras vezes em diversas fichas. É importante frisar que o emprego desses termos condiz com a visão preconceituosa que existia naqueles anos – anos 60 e 70 - e que implicava, então, em um sentido negativo, configurando ao final, uma visão depreciativa das militantes. É importante destacar que o uso desses termos não era exclusivo da repressão. Na verdade, incorporava os discursos e olhares vigentes da sociedade daquele período.

O *olhar* da repressão, portanto, acerca das mulheres participantes da luta armada é uma visão negativa, depreciativa, pejorativa e apelativa e que, em geral, se associa à sexualidade. Os documentos encontrados no Fundo DOPS corroboram para a caracterização de uma imagem ignominiosa dessas mulheres. A militante é um desvio de mulher.

Ao analisar ficha de Iara Iavelberg no DOPS encontramos as mesmas palavras utilizadas para as militantes. Entre elas, encontram-se: subversiva, amante, terrorista e comunista. O motivo pelo qual ela se destacava das outras e que implicava em uma ênfase na construção de sua imagem, marcando o lado depreciativo, era o fato de ser *companheira* de Carlos Lamarca. Era tida como amante dele. Toda vez em que o nome Iara Iavelberg aparecia nas fichas arquivadas estava relacionado com o nome de Carlos Lamarca. Além da palavra

amante, recorrentemente aparecia a expressão *companheira de Lamarca*, ao lado de seu nome⁶.

A repressão, através de seus documentos oficiais, estabelece um discurso sobre a mulher militante nas organizações de esquerda armada. Entretanto, essa é uma parte das visões existentes.

A outra concerne ao *olhar* que a imprensa possuía sobre as mesmas. Para melhor sintetizar essa temática, procuro trabalhar com jornais da grande imprensa, que permitiam o acesso à informação às mais diversas camadas da sociedade.

Privilegiaram-se, especialmente, os periódicos *O Globo* e *Folha de São Paulo*. O estudo dessas publicações revelou tanto seus posicionamentos, como a interpretação que cada uma delas fazia da realidade histórica abordada. Ao analisar as reportagens selecionadas percebemos uma determinada imagem das militantes de esquerda armada. Os jornais, assim como a repressão, eram uma expressão da sociedade, que não aceitava tais mulheres. Elas representavam supostamente uma *ameaça* à família, instituição que não poderia ser dissolvida e à moral e aos bons costumes. Este discurso não é isolado, a imprensa – tanto quanto a repressão – o *reconhece* e verbaliza.

Neste sentido, podemos encontrar nas páginas dos jornais o mesmo estilo de caracterização e vocabulário dos documentos encontrados no DOPS. A tentativa de desmerecer a mulher é constante, e para isso utiliza-se de descrições cujo leitor assimilaria o teor negativo.

O conjunto dos diversos escritos destes dois periódicos foi necessário para percebermos a difusão do discurso e dos ditames éticos e morais da sociedade e, logo, da repressão. O enquadramento das mulheres militantes como seres *desviantes* é presente a partir do momento em que identificam em suas reportagens essas mulheres como “terroristas”, “comunistas”, “amásias”, “amantes”, “subversivas” e “traidoras.” Nota-se o tom deslegitimador e um juízo de valor com intuito de alarmar e “*assustar*” a população. No descrever das notícias percebe-se o tom negativo imbuído nelas. Sobre a participação feminina vê-se que quase sempre nos jornais apareciam acompanhadas da presença de homens. Os periódicos, portanto, recolhem e adotam os saberes construídos pela sociedade e pela repressão, sendo um meio para difundir suas concepções.

Iara, como mulher, sofreu o mesmo tratamento. Ganhara mais destaque por causa do seu romance. A relação dos dois militantes também aparecia nas páginas dos jornais e era

⁶ Uma particularidade é a de que todas às vezes que tinham conhecimento de uma ação realizada por um, situava-se o outro no local. Não os separavam.

tratada como atípica. Sua imagem na maioria das vezes ficava restrita a de *amante* de Lamarca.

Na investigação do papel da mulher ao longo da ditadura civil-militar - mais especificamente na luta armada - usando como parâmetro a militante Iara Iavelberg, constata-se que os periódicos corroboram com a visão da repressão, a qual compartilha da mesma com a sociedade conservadora. Os jornais funcionam como via de transmissão e difusão desta visão, no intuito de legitimá-la, pois enquadram e utilizam as mesmas categorias dos órgãos repressivos e de informação. Como sabemos, as informações não são imparciais, contemplando um juízo de valor arraigado no âmbito social. A imagem fixada, portanto, nos jornais é a de mulheres *erradas e perigosas*.

A qualificação negativa é facilmente reconhecida nas páginas dos jornais. A classificação pejorativa é concretizada nas palavras utilizadas para a escrita dos textos, logo, a *afinidade* entre a grande imprensa e a repressão é grande, pois partilham da mesma opinião sobre os indivíduos que aderiram às organizações de esquerda. No caso das mulheres, ainda existe o elemento do apelo sexual representado pela idéia da *promiscuidade*.

A interpretação, portanto, dos documentos encontrados no Fundo Dops e nas reportagens dos jornais, estimulada por uma comparação entre os dois, é entendida como uma corroboração daqueles por estas, pois se utilizam das mesmas categorias para tratar das mulheres na luta armada. O olhar é o mesmo. O preconceito que paira sobre a sociedade, transfere-se para as folhas dos arquivos da repressão - que também é constituída por parte dos indivíduos dessa sociedade - e se afirma nas páginas jornalísticas. O tratamento público (periódicos) e privado (fichas confidenciais) é o de desmoralização. Na verdade, então, não existiam vários olhares - fazendo uma alusão ao título do trabalho - mas um hegemônico. Entretanto, ao voltar-se para as memórias (re)construídas nas décadas posteriores nota-se uma intensa discussão acerca dos órgãos de repressão e informação *apagando* desta memória o senso comum existente entre aqueles e a grande imprensa, principalmente em relação ao vocabulário e na sua *opinião*, não atentando para esse *olhar* que era tão presente na repressão como na sociedade.

Esquecendo-se desses pontos de interseção entre eles, logo, se *silencia* a *afinidade* entre esses órgãos e a sociedade, *desculpabilizando* esta de suas responsabilidades na construção do regime. A memória reconstruída baseia-se, sobretudo, nos órgãos de repressão e informação, levando a crer que a repressão dispunha exclusivamente dessa visão depreciativa e negativa acerca das mulheres militantes. Ao *descartarem* as referências sobre as militantes da esquerda armada na grande imprensa - entendida como expressão da

sociedade – essa memória acaba por não perceber as presenças da sociedade na construção do regime.

Ao analisarmos, portanto, a inserção da mulher na luta armada, nota-se para além dos pontos de interseção entre eles, e assim uma *afinidade* presente entre esses níveis diferenciados, a existência de um *consenso* que está sendo formado em torno da ditadura civil-militar, o que nos remete a uma questão maior a qual diz respeito à memória desse tempo : sua reconstrução.

Ao deixar de lado essa *aproximação* entre a grande imprensa e os órgãos de repressão e informação a memória da luta armada, e mais especificamente a memória sobre a participação feminina, sobrepõe-se a *concepção* de que só havia a visão da repressão, e *silencia* a forma – igualmente pejorativa e depreciativa - como apareciam as mulheres na grande imprensa, e, por conseguinte, na sociedade, pois o *olhar* daquela *correspondia* o desta , haja vista o diálogo existente.

Esses dois universos eram *conectados*, a exemplo do vocabulário utilizado, pois as reportagens jornalísticas nunca utilizam uma linguagem estranha à sociedade, a qual não é *vítima* da absorção da divulgação realizada pelos jornais. Não existe um marco zero, e sim uma via de mão-dupla.

A memória construída *a posteriori* que *lembra* uma visão e *esquece* outra acaba, então, por não levar em conta a presença da sociedade na construção do regime. *Libera-se*, portanto, a sociedade civil das responsabilidades em relação à ditadura civil-militar, embora, o discurso pejorativo estivesse presente tanto nos órgãos de repressão e informação, na grande imprensa, quanto na sociedade em geral.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes:

Periódicos e revistas:

- Revista *IstoÉ* – edição de 28 de fevereiro de 2007
- Jornal *Folha de São Paulo*
- Jornal *O Globo*

Fundos documentais:

- Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):

- *Arquivo da Polícia Política*; setor comunismo; pasta 137. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- *Arquivo da Polícia Política*; setor: informações; pasta 163, página 751. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- *Arquivo da Polícia Política*; Setor: DEIC; pasta 472.19/03/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- *Arquivo da Polícia Política*; prontuário n°: 38.543; Gaveta 485; Informe n° 126. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- *Arquivo da Polícia Política*; setor informações; Pasta 163; página 751. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Bibliografia:

- AARÃO, REIS Filho, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- _____. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____ & Sá, Jair Ferreira (org.). *Imagem da Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1985.
- COLLING, Ana Maria. *A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio Grande do Sul: Rosas dos tempos, 1997
- ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Afrontamento, 1994
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. 1996. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora.
- FERREIRA, Jorge. “Entre a história e a memória: João Goulart” in Ferreira, Jorge & Aarão Reis, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil*, volume 2, Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *O Imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

- LEVI, Giovanni. “*Usos da biografia*”, in MORAES, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989.
- _____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SOIHET, Rachel. *Defrontando-se com os preconceitos: mulheres e a luta pelo controle do corpo*. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- _____. ; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, p. 281-300, 2007.